

FAMÍLIA

ESSÊNCIA E
MULTIDISCIPLINARIDADE

Coordenação

HELENA REBELO PINTO

JOSÉ MIGUEL SARDICA

Índice de resumos

Parte I

A Família no Pensamento da Igreja

37 Capítulo 1 | Fundamentos bíblicos da Família Cristã

José Carlos Carvalho

O testemunho escriturístico sobre a realidade da família, e que inspira a tradição cristã, apresenta um patrimônio amplo e várias imagens sobre a realidade doméstica do lar. Assim se compreende que nem todas as tradições tenham conseguido impor-se ou que nem todas tenham sido assumidas pela tradição e jurisprudência eclesial, apesar de algumas remontarem ao próprio Jesus. Partindo dos grandes textos inspiradores do *Gênesis* e da *Tórah*, é necessário confrontá-los primeiro com a tradição profética e sapiencial em Israel, pois essa tradição virá ao de cima no Novo Testamento e nos ensinamentos de Jesus. Do mesmo modo, Paulo retomará a seguir a mensagem do reino e a bem-aventurança de Jesus sobre os esposais, mas sempre de uma maneira realista e não idílica nem abstrata. Na verdade, enquanto mestres da *halakah*, Jesus e Paulo são radicais na crítica ao divórcio, mas não absolutos, pois olham para o *Gênesis* como princípio inspirador e não como lei taxativa ou positiva. Ora, o sábio (em Israel e depois na tradição eclesial) não teve sempre essa intenção.

54 Capítulo 2 | Teologia da Família

José da Silva Nunes

A publicação recente da segunda exortação apostólica do Papa Francisco sobre a Alegria do Amor proporciona oportunidade de refletir sobre a vocação e missão da Família como tem vindo a ser produzida, participada e renovada pela Igreja e pelas comunidades cristãs por todo o mundo. Inicia-se esta reflexão por uma breve apreciação histórica sobre a produção teológica em torno da família e do matrimônio e sobre a novidade introduzida pelos textos do Concílio Vaticano II, falando destas realidades a partir do seu núcleo irreduzível que é o amor. Na nossa cultura de hoje, a família apresenta uma pluriforme manifestação (ainda que por todos desejada e procurada), mas é justamente aí que a reflexão cristã desafia o matrimônio e toda a realidade familiar a viver como sinal de Deus no mundo, pela própria vivência do amor, e nesse sentido, a assumir-se como sinal sacramental. A família terá então missão importante quer na Igreja quer na sociedade, para o que, estamos certos, carece de uma abrangente pastoral de acompanhamento e formação.

69 Capítulo 3 | **Família: protagonista da evangelização**

Duarte da Cunha

A família é uma comunidade de vida e amor e é a célula da sociedade. Num tempo marcado por uma cultura individualista e consumista, a família enfrenta grandes desafios e com ela a pessoa e a sociedade. Mas por ser uma realidade fundamental, a sua verdade está enraizada na natureza humana. Eis porque a crise é também ocasião. Se a Igreja, cujo caminho é o homem, sente ser sua responsabilidade ajudar o homem na vida familiar, isso significa, antes de mais, a prioridade a dar à evangelização. Evangelizar é despertar o desejo mais profundo de Deus que está no coração do homem, levar os homens e as mulheres a uma experiência de encontro com Cristo e levar a pessoa a tornar-se membro vivo da Igreja. Para realizar a sua tarefa de evangelizar a família, a Igreja propõe uma doutrina como sabedoria de vida e dispõe dos sacramentos que comunicam a graça de Deus. Mas, porque o fundamento das relações familiares é o amor, a vontade de evangelizar a família mostra a urgência de evangelizar o amor. O texto termina com a afirmação, conhecida, mas nem por isso desatualizada, de que se a família é em si destinatária, é também protagonista da construção da civilização do amor.

Parte II

A Família na Sociedade Contemporânea87 Capítulo 4 | **A relevância constitucional da Família**

Jorge Miranda

A Declaração Universal dos Direitos do Homem diz, no artigo 16.º, n.º 3: “A família é o elemento natural e fundamental da sociedade e do estado e tem direito a proteção desta e do Estado.” A Constituição portuguesa acrescenta, no artigo 67.º, n.º 1, que ela tem direito não apenas à proteção mas também “à efetivação de todas as condições que permitam a realização pessoal dos seus membros”. É à luz destas normas que deve ser encarada a relevância constitucional da família entre nós. O texto começa por citar referências à Família nas constituições de alguns países europeus, sul-americanos e africanos de língua portuguesa. Prossegue com uma referência à Constituição portuguesa de 1933 e uma análise da Constituição de 1976, refletindo sobre direitos, liberdades e garantias, valorização da família, igualdade jurídica e igualdade social.

103 Capítulo 5 | **Questões atuais de Direito da Família**

Rita Lobo Xavier

O texto parte da descrição das atuais tendências do Direito da Família no espaço cultural e jurídico onde o Direito português se integra, centrando-se nos novos paradigmas da regulação legal das relações familiares e no impacto da perspetiva dos

direitos humanos. Analisam-se as consequências do discurso da igualdade de direitos das pessoas com orientação homossexual no âmbito das leis sobre a família, sobretudo no que se refere à constituição de relações de filiação e de adoção, à procriação medicamente assistida e à regulação das responsabilidades parentais, chamando-se a atenção para o direito ao respeito pela vida familiar e para o direito à identidade pessoal das crianças envolvidas.

120 Capítulo 6 | **Economia e Família na doutrina da Igreja**

João César das Neves

O presente texto pretende descrever brevemente a forma como a doutrina social da Igreja aborda algumas das questões mais relevantes na interação entre a família e a atividade económica. A análise parte de dois pressupostos essenciais. Primeiro, o lugar central que a família tem na fé cristã; segundo, a definição da tarefa da doutrina social da Igreja como elemento da evangelização, colocando a realidade social diante do Senhor do Universo. A estrutura, elaborada a partir dos grandes documentos sociais, pode ser dividida em duas partes, seguindo os dois fatores nucleares da doutrina económica da Igreja, o trabalho e a propriedade. Na questão laboral, que afeta de forma marcante a vida familiar, são considerados vários elementos, como os espirituais, ocupacionais e salariais. O tema da propriedade engloba os aspetos da riqueza, consumo e poupança. O texto termina com a condenação do erro do consumismo e a afirmação da necessidade de adoção de um estilo de vida dominado pela caridade, modéstia e virtude.

135 Capítulo 7 | **Valores e papéis de vida: Família e Trabalho**

Leonor Almeida

A problemática do conflito e da (re)conciliação família/trabalho constitui atualmente uma questão fulcral na gestão da carreira pessoal e no equilíbrio da vivência familiar. O tema, que tem sido objeto de abordagens em diversas áreas, é aqui desenvolvido na sua relação com os valores e papéis de vida, abrindo caminho a uma perspetiva mais ampla dos fatores envolvidos. Após uma breve referência à evolução histórica sobre a relação família/trabalho, apresenta-se o *Modelo Holístico dos Valores de Base* como forma de entendimento do conflito que essa relação frequentemente suscita. A partir da análise dos pressupostos do modelo e respetiva ilustração com resultados do Projeto de Investigação *Life Values Inventory*, chega-se a uma proposta de intervenção na interface família/trabalho que visa contribuir para uma maior harmonia entre papéis.

148 Capítulo 8 | **Por uma Política de Família**

Manuel Braga da Cruz

Uma política de família que tenha a família como objeto e sujeito dessas mesmas políticas só pode basear-se numa valorização da família como instituição social. Uma política social “familista” é, necessariamente, uma política personalista, e não individualista; uma política humanista, e não tecnicista; uma política ética que identifica os limites da ciência; uma política que reconhece que a sociedade se faz do cruzamento da cultura com a natureza. O reforço social da família tem necessariamente de partir da valorização do matrimónio, como compromisso social e como contrato jurídico, e como forma de organização da procriação, que recuse o desvirtuamento funcional do casamento, através da sua aplicação a relações homossexuais. Uma política fomentadora da estabilidade familiar deve incrementar a mediação familiar e proporcionar momentos de maior ponderação em situações de risco de dissolução conjugal, não favorecendo o divórcio e oferecendo instrumentos para ultrapassagem de conflitos domésticos e conjugais. Deve permitir que os casais tenham os filhos que desejam, estimulando a natalidade, o que não é conjugável com políticas promotoras ou facilitadoras do aborto. Uma política valorizadora da família deve afirmar o primado educativo da família e o direito dos pais a escolher a escola dos filhos, compatibilizar a vida profissional com a vida familiar, e promover a família como objeto e sujeito das políticas assistenciais.

Parte III

A Família e o Desenvolvimento Humano163 Capítulo 9 | **A Família: uma reflexão filosófico-antropológica**

Carlos Morujão

Este texto defende que a família humana possui uma especificidade relativamente a estruturas semelhantes existentes no mundo animal, destinadas, sobretudo, a assegurar a reprodução das espécies. Não se apresenta, por isso, na continuidade daquelas, nem tem os mesmos traços de naturalidade. A verdadeira novidade que a humanidade constitui, comparada com outras formas de vida existentes, reflete-se, naturalmente, na vida familiar. Neste texto, procurou-se destacar três elementos caracterizadores dessa novidade que a família humana representa. Em primeiro lugar, a sua muito maior estabilidade e permanência, em resultado da criação de vínculos afetivos excecionalmente fortes entre os seus membros; em segundo lugar, o seu carácter imprescindível para a formação e desenvolvimento satisfatórios de um novo ser humano, tendo em atenção a sua fragilidade e impreparação à nascença; em terceiro lugar, o seu papel na constituição do novo ser humano como um ser em relação e que apenas na relação é capaz de experimentar uma vida plena e realizada.

176 Capítulo 10 | **Família: intimidade e coesão, continuidade e transcendência**

Helena Rebelo Pinto; Maria Teresa Ribeiro

No enquadramento dos contributos da Psicologia para o estudo da família, em particular da Psicologia da Família, analisam-se características do universo familiar que marcam a sua singularidade face a outros grupos sociais e as respetivas implicações, em termos de investigação científica e de intervenção prática. Centra-se a reflexão em torno de quatro eixos fundamentais da vivência familiar: intimidade e coesão, continuidade e transcendência. Fundamentada em modelos teóricos de referência e ancorada em estudos empíricos com diversas populações, a reflexão incide sobre temas e problemas que ocupam e preocupam as famílias de hoje, na experiência da sua dinâmica relacional interna.

196 Capítulo 11 | **Configurações e dinâmicas familiares**

Maria Engrácia Leandro

A partir da década de 1960, a família tem sido objeto de mutações profundas, passando de uma instituição garante da ordem social, formada por regras mais ou menos rígidas que lhe definiam os contornos, para uma associação de indivíduos, que se escolhem mais por razões eletivas, sentimentais e de segurança do que por conveniências convencionais. Estas modificações estendem-se a todas as sociedades ocidentais, embora com ritmos diferentes, segundo as modalidades que podem variar de um país para o outro, em conformidade com fatores culturais, religiosos, políticos, económicos ou jurídicos. Há, porém, um dado comum: após uma primeira união conjugal aumentam os divórcios e as separações, daí resultando novas configurações familiares. Neste trabalho, após uma síntese sobre as grandes linhas de força destas mudanças, estudamos a família monoparental e a família recomposta e as suas peculiaridades, deixando ainda espaço para uma observação sucinta acerca das modificações introduzidas no exercício dos papéis e funções familiares.

213 Capítulo 12 | **Onde reside o nosso futuro: a Família e a Escola**

Eugénia Gambôa

Assumindo a educação e a formação como alicerces estratégicos para o futuro individual e coletivo, analisam-se neste texto, numa ótica geral de políticas públicas e de desafios do sistema de ensino nacional, não só a centralidade da formação do capital humano, mas sobretudo o papel da família no sucesso dos percursos escolares dos jovens. Para tal, e com recurso a indicadores estatísticos, descrevem-se as tendências dos últimos anos relativamente à escolarização da população infantil e juvenil e respetiva evolução, os níveis de sucesso/insucesso escolar e a sua relação com variáveis familiares, como o estatuto socioeconómico e cultural, a estrutura e a organização familiares e o envolvimento dos pais na promoção do sucesso escolar, no quadro da interação entre a família e a escola.

233 Capítulo 13 | **Impacto do envelhecimento na Família**

Maria Vânia Nunes

O envelhecimento representa uma tendência a nível mundial e deve ser encarado como uma extraordinária conquista. Pretendemos com este texto, após uma caracterização genérica do fenómeno do envelhecimento, enfatizando a sua natureza multidimensional e a heterogeneidade do processo de envelhecimento, discutir as suas implicações para a família. Começaremos por abordar de forma breve a questão do envelhecimento demográfico, nomeadamente a baixa natalidade e o aumento da esperança de vida. Focar-nos-emos de seguida nas implicações que o aumento da esperança de vida tem para as famílias, centrando-nos em concreto na questão das relações intergeracionais e idadismo, da coabitação familiar e do *ageing in place*, bem como no impacto específico do envelhecimento na saúde e na necessidade de promoção de um envelhecimento saudável. Concluimos com uma reflexão apoiada na recente proposta da *Global Strategy and Action Plan on Ageing and Health* da Organização Mundial de Saúde.

Parte IV

A Família e as Ciências e Tecnologias da Vida e da Saúde249 Capítulo 14 | **Traços familiares. Um olhar à luz das ciências ómicas**

Marlene Barros

Guiados por conceitos e afirmações de uso comum, apresentam-se os principais avanços de ciências integradoras, as chamadas ciências ómicas, que, em conjunto com a bioinformática, geram o conhecimento que permite dar respostas a interrogações das famílias sobre as características dos seus membros, origem de alguns dos problemas e as implicações em termos de comportamento, com foco especial na saúde. Refere-se como os contributos da descoberta do genoma humano mostraram a existência de outros códigos genéticos, mas que estes não são suficientes para explicar a diversidade que é conhecida. Descreve-se como poderão ser as proteínas as responsáveis principais das características individuais. Analisa-se a interação do genoma e do proteoma com o meio ambiente como fator decisivo no conferir das características do indivíduo, abrindo caminho para a intervenção médica personalizada. Conclui-se com uma reflexão sobre as possibilidades de prever, a partir do percurso do fluxo de genomas numa família e respetivos exposomas, os traços familiares face à doença. Existirá um familioma?

264 Capítulo 15 | **Família e bioética: as técnicas de procriação medicamente assistida**

Joana Araújo; Ana Sofia Carvalho; Margarida Silvestre

Nos últimos anos, tem-se assistido a uma mudança progressiva e global na composição dos núcleos familiares: o número dos seus elementos tem vindo a decrescer, a idade materna de conceção do 1.º filho tem vindo a aumentar, e o próprio núcleo se tem vindo a alterar: são cada vez mais frequentes as famílias monoparentais, as crianças nascidas através do recurso a gâmetas de dador ou embriões doados, e também famílias constituídas por pares homossexuais. Em dezembro de 2008, a Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu a infertilidade como uma doença do sistema reprodutivo traduzida na incapacidade de obter uma gravidez após doze meses ou mais de relações sexuais regulares e sem uso de contraceção. A sua prevalência é muito difícil de avaliar, havendo estudos que referem a possibilidade de uma em cada quatro mulheres poder ter dificuldades em engravidar ao longo da sua vida. Trata-se de um problema social e de saúde que origina enorme sofrimento a muitas famílias portuguesas. Numa teia de vulnerabilidades familiares complexas, a reflexão ética é sempre difícil e o processo deliberativo enfrenta dificuldades pelo facto de estar em questão o sentido da própria vida humana.

276 Capítulo 16 | **Família, alimentação e bem-estar**

Elisabete Pinto; Paula Teixeira; Ana Gomes

A alimentação pode ser definida como o ato de ingerir alimentos, através dos quais obtemos os nutrientes essenciais para a manutenção da vida biológica. No entanto, a alimentação percorre caminhos para além do simples ato de comer, constituindo uma forma de expressão de cultura, de conhecimento, de crenças, de tradições e de hábitos, muitos deles transmitidos no convívio da família, centro do desenvolvimento humano. A aprendizagem reflete-se a vários níveis, porém são os padrões gerais das práticas educativas dos pais que prevalecem e se reproduzem nos filhos. Apresenta-se uma visão evolutiva do papel da família relativo à alimentação e nutrição ao longo do ciclo de vida, desde a conceção até ao envelhecimento, tendo por base a evidência científica existente. É destacado o papel da família na escolha alimentar, nas rotinas alimentares, na partilha de tarefas na preparação dos alimentos e na sua manipulação em segurança. São feitas considerações específicas em relação ao papel da refeição em família na promoção de uma alimentação saudável, bem como no desenvolvimento cognitivo, linguístico e comportamental da criança e do adolescente. Por fim, são abordados alguns dos aspetos mais relevantes para a alimentação e saúde da pessoa idosa.

289 Capítulo 17 | **De familiar a cuidador informal**

Alexandre Castro Caldas

Durante muitos anos, o impacto das doenças do cérebro na estrutura familiar era completamente negligenciado na literatura. Depois de um curto período em que se registava alguma preocupação pela saúde do doente, e finda a necessidade dos poucos cuidados que antes havia para disponibilizar a estes doentes, eles eram remetidos à família sem que houvesse a preocupação de qualquer acompanhamento profissional. Hoje a situação alterou-se, não significando isso que esteja melhor resolvida: os familiares passaram a designar-se cuidadores informais, por oposição aos profissionais que são considerados formais (embora duvidosamente cuidadores) e os doentes passaram a designar-se por clientes, transformando a relação interpessoal de cuidado numa relação de contrato de natureza económica. A modificação do equilíbrio da estrutura da família, com a introdução de um elemento carecendo de cuidado e com perturbações de carácter cognitivo e comportamental, necessita de análise detalhada. No presente texto, rever-se-ão algumas implicações desta situação tendo em conta a natureza do processo patológico e estrutura da família. Corresponde sempre a um processo complexo mas radicalmente diferente se o doente for um portador de doença de Alzheimer com 65 anos ou um traumatizado craneioencefálico de 10 anos.

Parte V

A Família nas Artes, na Comunicação e na Cultura303 Capítulo 18 | **A Família nos Estudos de Cultura**

Luísa Leal de Faria

A teoria cultural desenvolvida a partir de meados do século XX tem dedicado poucos estudos à família, como objeto de análise. Embora a presença da família esteja implícita nos estudos que procuraram definir linhas teóricas para o estudo da classe social, do género e da etnicidade, as fundamentações linguísticas e semióticas, marxistas e psicanalíticas, que marcaram os primeiros desenvolvimentos da teoria cultural proporcionaram gestos de resistência, se não mesmo de oposição, ao que se considerava ser a cultura dominante. Neste contexto, a família aparecia como a estrutura social e cultural destinada a reforçar a hegemonia das classes dominantes (numa sociedade burguesa e capitalista), que urgia desconstruir. As teorias de género desenvolvidas a partir da segunda metade do século XX vieram desestabilizar mais ainda o conceito tradicional de família, logo acrescentadas pelas teorias de raça e etnicidade em contexto pós-colonial, inseridas em análises que acentuavam as características de instabilidade da pós-modernidade. E, no entanto, a família tradicional mantém, no século XXI, um poder de representação que importa assinalar, e a busca das raízes familiares parece crescer, como uma tendência de resistência às condições contemporâneas das mobilidades, migrações e diásporas. É tempo de as humanidades reapreciarem o valor cultural da família.

318 Capítulo 19 | **Moda, família e cultura visual**

Isabel Capelo Gil

O capítulo estuda a relação entre as estratégias de comunicação visual e a imagem da família tradicional, e a forma como neste processo as técnicas de mediação visual (publicidade, fotografia de moda, media sociais) servem para a construir, apropriar e desterritorializar. Assim, a imagem da família é, por um lado, submetida à lógica de consumo, tornando-se produto de moda; mas, por outro lado, evidencia de forma metairónica a crítica sobre a ambivalência do próprio processo de representação. Através do estudo de caso do projeto de media social da casa Dolce & Gabbana, intitulado #DGFfamily e lançado em 2015, demonstra-se como os estilistas apropriam a instituição familiar e a transformam em marca, através da criação de uma nostalgia virtual em torno de fotografias privadas de família, e simultaneamente a ironia crítica desta retórica familiar. A abordagem articula a semiótica visual, os estudos culturais de moda e a metodologia crítica dos estudos de cultura para discutir as estratégias de negociação que ocorrem entre a família como instituição social e cultural e os processos de (auto e hetero) representação na modernidade tardia.

336 Capítulo 20 | **A Sagrada Família na Arte**

José Ferrão Afonso

As representações da Sagrada Família na arte desdobram-se em dois níveis: a Família Celeste e a Família Terrestre, sendo esta última aquela a que mais generalizadamente se aplica o termo “Sagrada Família”. As duas formas de representações estão intimamente ligadas e tiveram uma evolução que acompanhou a história religiosa e social do Ocidente. Nos finais da Idade Média, a iconografia da Família Celeste estabilizou-se e a Família Terrestre abandonaria, logo depois, os tipos de representação que se inspiravam na família alargada medieval, para se concentrar na família nuclear moderna: São José, a Virgem e o Menino. Contudo, esse percurso não foi traçado sem alguns sobressaltos, sobretudo relacionados com a dependência do Menino/Deus em relação aos seus pais, que os artistas, sobretudo medievais, não deixaram de salientar.

355 **Reflexões sobre a Família Contemporânea. Estudo empírico com estudantes da UCP**

Rita Francisco; Ana Pego Monteiro; Joana Carneiro Pinto; Augusta Gaspar

No enquadramento da linha de investigação *Family Studies* do Núcleo de Investigação em Família e Psicologia (NIFaP) da Faculdade de Ciências Humanas, apresenta-se um estudo empírico realizado com 32 estudantes, selecionados aleatoriamente, dos 3.º e 4.º anos de 18 cursos de licenciatura dos *campi* de Lisboa, Porto e Braga da Universidade Católica Portuguesa (UCP). Através de uma metodologia de *focus group*, pretendeu-se analisar as representações que os estudantes da UCP têm dos atuais desafios e oportunidades das famílias contemporâneas, bem como examinar as

medidas que estes propõem para as apoiar. A análise das discussões em grupo revelou diversas tensões: por um lado, reconhece-se em Portugal uma franca melhoria ao nível tecnológico, de saúde, dos relacionamentos afetivos intergeracionais, de criação de percursos pessoais e diversidade familiar; por outro lado, presente e futuro são encarados com algum pessimismo, face à precariedade e exigência dos vínculos em diferentes domínios (como o trabalho ou as relações conjugais), à dependência económica dos jovens em relação aos seus pais, e consequente adiamento de projetos familiares, à redução da natalidade e a um Estado pouco intencional no apoio às famílias. Foram sugeridas diversas medidas concretas, por exemplo, ao nível de serviços como apoio psicológico ou mediação familiar, enquadradas numa reflexão em que se valoriza o papel das próprias famílias e de outros agentes da sociedade civil, como a Universidade, na construção de caminhos para a promoção do bem-estar individual e familiar.

Nota Prévia

A Família na Igreja e no mundo

D. Manuel Clemente

Magno Chanceler da UCP

O ainda breve, mas já muito fecundo, pontificado do Papa Francisco tem marcado a agenda ecuménica cristã com desafios de reflexão que são, ao mesmo tempo, apelos de humanidade, de encontro e de diálogo. Tema de sempre, e sempre atual, a Família serviu ao Papa Francisco para chamar as Igrejas a Roma e para, de Roma para o Mundo, pensar e dinamizar a importantíssima iniciativa do Sínodo dos Bispos sobre a Família, iniciado com a grande assembleia magna de outubro de 2014 e encerrado um ano depois, na assembleia magna de outubro de 2015.

No Sínodo, a comunidade dos Bispos de todo o mundo debruçou-se sobre os desafios que a Família contemporânea enfrenta, para melhor compreender e perspetivar o lugar que ela deve assumir na comunidade católica e nas sociedades em geral. Das várias indicações que o Sínodo deixou – e que o Papa Francisco considerou na segunda exortação pós-sinodal de 2016 *Amoris Laetitia* – sublinho, desde logo, a que me pareceu mais importante: refiro-me à centralidade da Família, como base e escola de solidariedade, devendo para tal ser fortalecida, quer na respetiva preparação quer no dia a dia eclesial e social. Participei nas duas assembleias sinodais e delas retirei este objetivo maior. Certamente se consideraram outros pontos relevantes, como as dificuldades em manter o modo tradicional de viver e conviver, com a deslocação maciça da humanidade para os grandes centros urbanos e a mentalidade individualista, tão potenciada pelo consumismo mediatizado. Noutro plano, o Sínodo insistiu em que os católicos que não mantiveram o vínculo sacramental (divorciados recasados) não deixam de integrar a comunidade cristã e devem ser acompanhados no discernimento da sua situação particular. Mas sublinhou-se, antes de mais, a nossa proposta sobre o matrimónio e a família, tal como Jesus a enunciou: “[...] desde o princípio da criação, Deus fê-los homem e mulher. Por isso, o homem deixará seu pai e sua mãe para se unir à sua mulher, e serão os dois um só. Portanto, já não são dois, mas um só. Pois bem, o que Deus uniu não o separe o homem” (Mc 10, 6-9).

Com o Papa Francisco, o Sínodo dos Bispos entende mesmo que a solidez do vínculo conjugal e a consequente estabilidade familiar são a base indispensável de uma sociedade solidária, devendo esta encarar a família como o seu maior bem, realmente “comum”. Para efetivar tal desiderato, a comunidade cristã, qual “fermento na massa”, deve organizar-se com critério familiar, apoiando cada família como uma “igreja doméstica”, e integrando-a ativamente na grande “família dos filhos de Deus”.

Tais expressões, que se tornaram relativamente correntes na nossa linguagem interna, devem ter correspondência num real empenho em toda a ação pastoral. Esta proposta, reforçada pela reflexão sinodal, há de orientar a vida da Igreja no atual contexto sociocultural, contribuindo cristãmente para um mundo que se torne mais “familiar” também. Há outras perspectivas e até outras concretizações legais, mas é necessário que os católicos reforcem o que lhes é próprio, livremente aceitam e serenamente testemunham.

Na última sessão do Conselho Presbiterial do Patriarcado de Lisboa, que teve lugar em janeiro de 2016, propus aos seus membros alguns pontos de reflexão, que neste texto breve gostaria de partilhar com todos os futuros leitores deste livro. Parecem-me de particular relevância, para ligar quem o leia ao andamento eclesial no seu todo.

No *Relatório* da assembleia sinodal de outubro de 2015 lê-se o seguinte, num ponto de grande unanimidade: “Seio de alegrias e provações, a família é a primeira e fundamental ‘escola de humanidade’” (cf. *Gaudium et Spes*, n.º 52). A Igreja, perita em humanidade e fiel à sua missão, anuncia com profunda convicção o Evangelho da família, recebido com a Revelação de Jesus Cristo e ininterruptamente ensinado pelos Padres, pelos Mestres de espiritualidade e pelo Magistério da Igreja. A família assume assim, para o caminho da Igreja, uma importância especial: “[...] Deus entrou no mundo numa família. E pôde fazê-lo porque essa família era uma família que tinha um coração aberto ao amor, que tinha as portas abertas” (Papa Francisco, *Discurso na Vigília de Oração com as Famílias*, Filadélfia, 26 de setembro de 2015). As famílias de hoje são enviadas como “discípulos missionários” (cf. *Evangelii Gaudium*, n.º 120). Nesse sentido, é necessário que a família se redescubra como “sujeito imprescindível para a evangelização” (*Relatório final do Sínodo dos Bispos ao Santo Padre*, Prior Velho, Paulinas/Secretariado-Geral do Episcopado, 2015, n.º 2).

Este número sintetiza bem a reflexão sinodal no que teve de mais definido e programático. Afirma-se, antes de mais, que a “humanidade”, enquanto sentimento e prática, se aprende basicamente em família – exatamente por esta conter “alegrias e provações” e ensinar a viver entre umas e outras. Com novos e velhos, mais espontâneos ou cautelosos, saudáveis ou enfermos, a família pode

proporcionar a aprendizagem essencial, que é a de ser pessoa entre pessoas. Fiel ao ensinamento de Cristo, a Igreja propõe um autêntico “Evangelho da família”. Quando Jesus remonta ao próprio Deus, como princípio criativo (verdade e graça), a unidade e a indissolubilidade do matrimônio – e o faz em contraste com a prática pagã e até judaica do seu tempo –, apresenta algo de fundamental, de que não podemos nem queremos dispensar-nos, enquanto seus discípulos (cf. *Mc* 10, 1-12).

O caminho da Igreja passa pela família, porque pela família o próprio Deus veio ao nosso encontro. O Sínodo não deixou de lembrar a dimensão familiar da vida de Jesus, da família em que nasceu e cresceu à “família” em que nos incluiu a todos como seus irmãos e filhos de Deus (cf. *Relatório*, n.º 41). Se a missão de Cristo progrediu da família de Nazaré para a família dos filhos de Deus, a evangelização deve retomar as famílias como seu objetivo, mas também enquanto “sujeito imprescindível”. No Sínodo, lembrou-se concretamente a colaboração primitiva entre os Apóstolos e alguns casais, como Áquila e Priscila, de que falam os *Atos dos Apóstolos* e as cartas paulinas.

Depois, numa primeira parte, intitulada “A Igreja à escuta da família»” (visão sociocultural), e uma segunda parte, sobre “A família no desígnio de Deus” (Bíblia e magistério), o *Relatório* dedica a sua terceira parte à “Missão da família”, com propostas concretas e operativas.

Serão várias essas propostas, nos números finais do documento, sempre sob a base de que apenas uma família autenticamente cristã poderá ajudar outras a sê-lo também. É um trabalho grande, que nem sempre conta com o apoio do meio sociocultural envolvente. O Sínodo insistiu muito nos percursos formativos e no testemunho da comunidade eclesial, que tem de ser especialmente profética neste campo. E retomou a exortação apostólica pós-sinodal *Familiaris Consortio* (n.º 66), de São João Paulo II, com as suas três etapas: a preparação remota, em que a própria família transmite a fé e os valores cristãos; a preparação próxima, com as iniciativas formativas da comunidade cristã; e a preparação imediata, que inclui a dimensão vocacional – pois a família cristã nasce duma escolha mútua que responde ao próprio Deus que escolhe, une e envia (cf. *Relatório*, n.º 57).

Da família de origem, sendo realmente cristã, à comunidade digna deste apelo, assim cresce, se constitui e afirma o caminho matrimonial cristão, como há de ser. E, uma vez que nem sempre contamos com boas bases familiares, era muito bem que todos pudessem ter uma vida comunitária propriamente dita, com percursos pessoais compartilhados, antes e depois da celebração matrimonial. Como sabemos, este é talvez o nosso maior problema pastoral. Já não temos comunidades “garantidas” pela fixação territorial e sociocultural, e havemos de

procurar outro modo de sociabilidade e integração familiar-eclesial (da Igreja doméstica à Igreja de todos e vice-versa), ainda difícil de divisar.

Se atingirmos este tão desejável envolvimento, mais fácil será acompanhar paroquial e comunitariamente a vida familiar. Afirmo o Sínodo que “os primeiros anos de matrimônio são um período vital e delicado, durante o qual os casais crescem na consciência da sua vocação e missão” (*Relatório*, n.º 60). Todos desejamos que assim seja de facto. Mas o mesmo número acrescenta as condições: encorajar os esposos para acolherem o dom dos filhos; sublinhar a importância da espiritualidade familiar, da oração e da Eucaristia, incentivar as reuniões entre casais que se ajudem na oração e na vida; promover o encontro pessoal com Cristo através da palavra de Deus e da *lectio divina*, ou a prática devocional e litúrgica, incluindo a celebração dos aniversários...

Como em qualquer outra concretização cristã da vida, não faltam no matrimônio e nas famílias momentos de provação, por várias causas e às vezes graves. O Sínodo não o ignorou, antes viu aqui mais um motivo para reforçar o necessário acompanhamento eclesial: “Quando os esposos têm problemas nas suas relações deverão poder contar com o apoio e o acompanhamento da Igreja.” Este ponto constitui mesmo uma prioridade pastoral, tanto mais que, como se acentua a seguir, com ajuda adequada e a graça reconciliadora do Espírito, “uma grande percentagem de crises matrimoniais são superadas de modo satisfatório” (*Relatório*, n.º 81).

O Sínodo teve bem presente o caso dos batizados “divorciados e recasados civilmente”. E insistiu em dois pontos: integração e discernimento. Quanto à integração – retomando indicações de João Paulo II (*Familiaris Consortio*, n.º 84) e Bento XVI (*Sacramentum Caritatis*, n.º 29) –, adiantou o seguinte: “A lógica da integração é a chave do seu acompanhamento pastoral, para que não só saibam que pertencem ao Corpo de Cristo, que é a Igreja, mas disso possam ter uma experiência feliz e fecunda. São batizados, são irmãos e irmãs, o Espírito Santo infunde neles dons e carismas para o bem de todos. A sua participação pode exprimir-se em diversos serviços eclesiais: há que discernir quais das diversas formas de exclusão atualmente praticadas, no âmbito litúrgico, pastoral, educativo e institucional, podem ser superadas” (*Relatório*, n.º 84).

Quanto ao discernimento, depois de no n.º 85 lembrar com João Paulo II que as situações e as responsabilidades podem ser muito diversas (cf. *Familiaris Consortio*, n.º 84), o *Relatório* continua: “O percurso de acompanhamento e discernimento orienta esses fiéis para a tomada de consciência da sua situação perante Deus. O colóquio com o sacerdote, no foro interno, concorre para a formação de um juízo correto do que impede a possibilidade de uma mais plena participação na vida da Igreja e dos passos que a podem favorecer e

fazê-la crescer” (*Relatório*, n.º 86). Sobre este ponto, o Sínodo não deixou ainda de lembrar que, “para tantos fiéis que viveram uma experiência matrimonial infeliz, a verificação da nulidade do matrimónio é um caminho a percorrer” (*Relatório*, n.º 82).

Em termos de “vocação e missão da família na Igreja e no mundo contemporâneo”, a reflexão sinodal propõe-nos ainda um critério familiar de realização comunitária: “Toda a comunidade cristã deve tornar-se o lugar onde as famílias nascem, se encontram e se confrontam juntas, caminhando na fé e partilhando percursos de crescimento e de recíproco intercâmbio” (*Relatório*, n.º 89). Assim se assegurará o maior protagonismo familiar na catequese e na evangelização; e assim também se servirá o bem comum da sociedade ou as missões *ad gentes* (cf. *Relatório*, n.º 90). Quer na Igreja quer na sociedade, o critério familiar é fundamental para refazer a solidariedade na sua própria raiz. Possivelmente foi mesmo esta a razão que levou o Papa Francisco a escolher de novo a temática familiar para a reflexão pós-sinodal e do modo reforçado com que o fez, explicitando, muito recentemente, que “o bem da família é decisivo para o futuro do mundo e da Igreja” (*Amoris Laetitia*, n.º 31).

Participante nas assembleias sinodais como Bispo e Cardeal-Patriarca, quis, nas linhas acima, testemunhar mais largamente o que ali ouvimos, pensámos e discernimos. Como Magno Chanceler da Universidade Católica Portuguesa, associo-me com grato interesse à publicação deste livro. A obra leva por título *Família: Essência e Multidisciplinaridade*. Nela se reúnem numerosos textos e autores, abordando ângulos da problemática familiar muito diversos, num exercício de “multidisciplinaridade” que justamente pretende servir a “essência” da palavra que a todos une: a “Família”. Coordenado pelo Instituto de Ciências da Família da Faculdade de Ciências Humanas da UCP, este livro é na verdade – e como se diz no ambiente universitário – um útil e atual “estado da arte” acerca do pensamento académico sobre as famílias, cristãs ou outras, que agrega e coloca em diálogo um amplo leque de saberes e de recursos de toda a Universidade Católica Portuguesa.